PADRÃO HETERONORMATIVO E MACHISMO NAS RELAÇÕES LGBTQIA+

Angel de Campos Silva¹
Erick França Canêdo²
Jardel de Souza Santos³
Thayane Ribeiro Carolino⁴
Laís Lage de Carvalho⁵

Resumo

O objetivo deste estudo é compreender a maneira pela qual o padrão heteronormativo se impõe nas relações de pessoas da comunidade LGBTQIA+. Buscou-se esclarecimentos acerca de alguns desdobramentos da imposição heteronormativa. Foi realizada uma reflexão sobre como surge e se contextualiza o machismo nas relações de pessoas LGBTQIA+ e os impactos da violência heteronormativa na saúde mental deste público. Para isto, foi realizado um levantamento da literatura através das bases de dados Google Acadêmico, SciELO e PEPsic, utilizando as palavras referentes ao tema. Quanto ao resultados principal, é possível destacar que a imposição do padrão heteronormativo é imposto socialmente nas relações dessas pessoas através da necessidade de uma padronização dicotômica de gênero em macho e fêmea, abrangendo as vestimentas, comportamento, relações sexuais e muitos outros aspectos. O machismo nas relações LGBTQIA+ surge como fruto da necessidade social de imposição deste padrão como forma de perpetuar a estruturação binária de relacionamentos. É notável que a imposição da heterossexualidade como o “ser normal”, traz consigo consequências sendo propiciador de violências e discriminações que afetam a saúde mental da população LGBTQIA+, aumentando as incidências de depressão, ansiedade e suicídio. Diante destes resultados, pode-se destacar que a imposição da heteronormatividade se torna uma questão de saúde pública que necessita de atenção redobrada no que se refere a temática abordada.

Palavras-chave: Lgbtqia+. Heteronormatividade. Machismo. Saúde mental.

¹ SILVA, Angel de Campos. Graduanda em Psicologia pelo Centro UNIVERSO Juiz de Fora.

² CANEDO, Erick França. Graduando em Psicologia pelo Centro UNIVERSO Juiz de Fora.

³ SANTOS, Jardel de Souza. Graduando em Psicologia pelo Centro UNIVERSO Juiz de Fora.

⁴ CAROLINO, Thayane Ribeiro. Graduanda em Psicologia pelo Centro UNIVERSO Juiz de Fora.

⁵ DE CARVALHO, Laís Lage. Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Docente do curso de Psicologia do Centro UNIVERSO Juiz de Fora.

1. Introdução

A definição do padrão heteronormativo e do machismo, quando inseridos em relações homoafetivas, é tida como um assunto de extrema importância, tendo em vista a pouca visibilidade em relação ao tema, que é tão atual e presente no contexto da população LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e mais). É importante ressaltar que o presente trabalho parte de concepções binárias, sendo elas o masculino e o feminino, não abrangendo pessoas de gênero fluido, agêneros ou outros que não se identifiquem com a nomenclatura masculina/feminina.

Segundo Drumont (1980), o machismo seria um sistema de representações simbólicas que oferecem modelos de identidade tanto para o sexo masculino quanto para o feminino. Ele teria o pressuposto de ser aceito por todos, onde predominaria a liderança do masculino e a submissão do feminino. O machismo mitifica as relações entre homens e mulheres, usando do sexo para hierarquizar o ser dominante e o ser dominado (DRUMONT, 1980). Sendo assim, o machismo pressupõe que há um único detentor de todo o respeito e reverência: o macho da relação. O homem seria o dono e o chefe da residência e a mulher assumiria o posto de submissa, aquela que deixaria sua casa na qual era submetida ao controle de seu pai para se submeter aos mandamentos de seu esposo. Partindo desta premissa, Beauvoir (1980) destaca que a mulher é, desde pequena, ensinada a agradar ao homem e fazer-se objeto, renunciando sua autonomia. Já o homem aprende que sua existência deveria ser de livre movimento para o mundo, que seu corpo é um meio de dominar a natureza. Ao homem tudo é permitido, enquanto os desejos da mulher devem permanecer sob o controle e a autorização daquele que detém poder sobre ela.

A partir destas informações, se torna necessário que haja um esclarecimento a respeito do padrão heteronormativo sujeito aos relacionamentos, que se dá através da imposição de uma postura heterossexual, servindo como norma a ser seguida pela sociedade. O termo “padrão heteronormativo” reflete que o normal e correto é ser heterossexual, estar na condição de homens que se relacionam apenas com mulheres e vice-versa, como afirma Doberstein (2011). Toda e qualquer maneira de prática sexual que seja divergente à estas ideias seriam consideradas como marginais e anormais.

Segundo Dalgarrondo (2008), a homossexualidade se dá através do interesse sexual de uma pessoa voltado a uma pessoa de seu mesmo sexo e, de acordo com Doberstein (2011), parte da população não aceita a homossexualidade, por acreditar que se trata de um tipo de relacionamento que fere os bons costumes e as leis da moral, destruindo a idealização de família. Além disso, é tida por algumas pessoas como uma doença.

Silva (2007) afirma que a Associação de Psiquiatria, em 1975, decidiu oficialmente que a homossexualidade não é uma doença e a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1993, retirou o homoerotismo da categoria de transtornos mentais. Contudo, pessoas de orientação sexual homoafetiva tendem a apresentar maior sofrimento psíquico, os quais, de acordo com Warner et al (apud DALGALARRONDO, 2008) estariam relacionados com a imensa discriminação sofrida por eles em diversos contextos. Portanto, mesmo com os avanços da educação e da desvinculação da homossexualidade do transtorno mental, permanece o caráter exigente heteronormativo sobre a homossexualidade como uma maneira de perpetuar o padrão heterossexual.

Existe na sociedade uma necessidade de categorizar as relações humanas em dualismos, onde haja um mais poderoso que o outro. Podemos citar como exemplo o homem e a mulher, o mais velho e o mais novo, o rico e o pobre, entre outros (DAMATTA, 2010). Partindo deste princípio, não seria estranho afirmar que a prevalência de um ser superior e um inferior também seria uma forma da sociedade enxergar as relações homoafetivas, exigindo, como afirma Haffeman (2013), que haja a divisão entre dois sexos, o macho e a fêmea. É a partir dessa necessidade de existir um papel masculino e um feminino dentro de um contexto homogêneo que se concentra nossa discussão, pois, se há dois homens em um relacionamento, se trata claramente de dois homens, não de um homem ocupando papel de fêmea e outro o papel de macho, o que também vale para relacionamentos homoafetivos entre mulheres.

Partindo dessas observações, este estudo objetiva gerar uma discussão e promover compreensão e visibilidade ao tema que ainda é pouco discutido. Além disso, cabe ressaltar que apesar dos avanços na luta da comunidade LGBTQIA+ e da conquista de mais direitos, o assunto ainda é tratado como um tabu por grande parte da sociedade e merece atenção da comunidade científica afim de desmistificar mitos e inverdades. A pesquisa foi realizada a partir de um levantamento na literatura nacional e internacional afim de investigar a maneira pela qual o padrão heteronormativo se impõe nas relações sexuais da referida comunidade. De maneira mais específica, o estudo visa entender a gênese do machismo nas relações LGBTQIA+ através da imposição do padrão hétero; compreender como se contextualiza o machismo em relação a forma de organização

sexual da população LGBTQIA+ no que se refere às posições de ativo, passivo e versátil; e por fim, discutir a saúde mental da comunidade LGBTQIA+ frente a imposição do padrão heteronormativo imposto em suas relações afetivas e sexuais. Foram levantados dados a partir de livros que abordam o assunto em foco e também artigos encontrados nas bases de dados “SciELO”, “PEPsic” e “Google Acadêmico”. Todo o material foi analisado e selecionado considerando aqueles que suprem as necessidades da pesquisa.

2. Desenvolvimento

A gênese do machismo nas relações LGBTQIA+

Nesta seção buscamos compreender a origem do machismo nas relações afetivas e sexuais de pessoas pertencentes a comunidade LGBTQIA+. Para isso, precisamos apresentar o modelo de sociedade na qual vivemos, onde a estigmatização se faz presente.

Segundo Goffman (1981), um estigma seria uma relação entre uma característica de uma pessoa e um estereótipo socialmente construído. Se inicia pela necessidade de categorização das pessoas em grupos com atributos considerados pela sociedade como “normais” e “anormais”, transformando o indivíduo que foge das normas previamente estabelecidas em alguém indesejável, estragado e diminuído. A palavra estigma é apresentada por este autor como uma referência a um atributo profundamente depreciativo, o indivíduo estigmatizado passa a se tornar reduzido a alguém de menor valor social e sua aceitação plena se torna dificultosa. Mas, ainda de acordo com Goffman (1981, p.6), “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso”, o que nos faz perceber a importância do contexto social ao qual essas pessoas estão inseridas para ser, ou não, consideradas estigmatizadas.

Existem três tipos de estigmas em uma sociedade: abominações do corpo, culpas de caráter individual e os estigmas tribais de raça.

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político

radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. (GOFFMAN, 1981, p.7)

Sendo assim, a homossexualidade que ainda empregada o sufixo ‘ismo’ pela época que o livro foi escrito, estaria inserida dentro do tipo de estigma denominado “culpas de caráter” juntamente com todos os outros grupos pertencentes a comunidade LGBTQIA+ e demais indivíduos marginalizados pela sociedade. Pessoas que fogem de um determinado padrão de conduta, sendo esta considerada a única e exclusivamente correta, são tidas como indivíduos de caráter duvidoso e com alto grau de desvalor.

Com o desenvolvimento da sociedade, valores e crenças são estabelecidos, o que torna mais fácil o processo de aceitação de certos tipos de comportamentos ou atributos pessoais e a abominação ou estranheza de outros. São criados padrões já recorrentes e aceitos pela sua maioria e, por conta disso, considerados o “padrão normal”. O padrão que aqui estamos interessados é o heteronormativo, uma visão onde o envolvimento afetivo e sexual heterossexual cisgênero (termo referente a indivíduos que se identificam com o sexo biológico com o qual nasceu) é tido como a norma a ser seguida, justificada e determinada pelas pessoas a partir dos conhecimentos biológicos, onde se estabelecem as duas únicas possibilidades de categorização de um indivíduo: macho ou fêmea, observando apenas seus órgãos reprodutores em sua anatomia (MEYER e PETRY, 2011). Esse binarismo (masculino e feminino) é encarado como a perfeição natural do sexo, realizado e perpetuado pela procriação de novos indivíduos que também serão correspondidos biologicamente a um deles (SILVA e BARBOSA, 2016).

Como afirma Cardoso (2018), antes mesmo do nascimento do bebê, quando os pais já tomam consciência do sexo biológico da criança, a forma como será criada, a maneira de se vestir, as cores que serão utilizadas na tintura do seu quarto, objetos, brinquedos e orientação sexual já estão pré determinados sob expectativas socioculturais de gêneros binários. Desta forma, numa sociedade onde a cor azul foi determinada como masculina e a rosa como feminina, carrinhos e bolas como brinquedos para garotos e, bonecas e panelinhas para garotas, o que se desvia do padrão esperado é visto com estranheza, contrastando a significativa diferença de criação para os diferentes sexos e uma expectativa para o que no futuro se espera de comportamento adequado a partir de cada um destes.

As garotas desde pequenas são ensinadas a cuidar da casa para seus futuros maridos, serem figuras frágeis e delicadas. Os garotos devem ser fortes, conquistadores e

independentes. Tudo isso certamente influencia na percepção que indivíduos têm de si mesmos e dos outros ao seu redor. Como afirma Drumont (1980), essas situações e relações que o menino e a menina passam, formam sua consciência: o sentimento de superioridade do garoto versus o de inferioridade da garota. Falas direcionadas às garotas tais como: “que comida gostosa, já pode casar e cuidar do marido”; “seu irmão é mais novo, sim, mas ele é homem, por isso ele pode voltar tarde para casa e você, não”, permitem um melhor entendimento dessa influência na formação da consciência.

Em vista ao padrão binário heteronormativo, é perceptível a hierarquização dos gêneros, sendo o masculino claramente superior ao feminino (MUNIZ, 2017). Essa submissão do feminino ao masculino é o que chamamos de machismo, oferecendo modelos de identidade e de postura para ambos os sexos, assim como um ideal a ser atingido por todos os homens e acatado ou invejado pelas mulheres (DRUMONT, 1980). Esse sistema privilegia os homens ao longo do tempo em diferentes áreas da vida por não estar em perfeita igualdade com as mulheres, o que justifica os movimentos e as lutas feministas.

Segundo Cardoso (2018), podemos perceber que o masculino e o feminino dentro dos papéis sociais heteronormativos pré determinados pela cultura configuram que apenas a heterossexualidade é natural ao ser humano. Este é um dos problemas da heteronormatividade além do machismo que o acompanha, pois, de acordo com Muniz (2017), com ela, o pensamento hegemônico permanece, inferiorizando e marginalizando tudo aquilo que vá contra a sua ordem natural estabelecida, podendo citar como exemplos os gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais e demais que, como não seguem esta imposição normativa que sustenta as crenças e valores heterossexistas, são estigmatizados pela sociedade categorizadora. Essas pessoas são julgadas simplesmente por não seguirem com o padrão imposto pela sociedade, por não cumprirem com a expectativa sociocultural criada desde que os mesmos ainda estavam no ventre de suas mães, porque são vistos como dignos de descredito a partir do momento que não contribuem para a perpetuação de um padrão binário heteronormativo como a maioria faz.

De acordo com Muniz (2017), como sem conhecer uma pessoa não tem como tomar consciência de sua orientação sexual ou identidade de gênero, as pessoas costumam utilizar do pré julgamento ao encontrarem com indivíduos que fogem do padrão de comportamento masculino e feminino imposto desde a infância. Como já dito anteriormente, desde crianças acontece a inserção em uma sociedade que atribui características e padrões comportamentais distintos para homens e mulheres. Por conta disso, pessoas que destoam dessa norma, ou seja, homens com traços femininos e mulheres com traços masculinos, são muitas vezes discriminados, sofrendo da

conhecida e presente LGBTfobia. Isso explica o porquê o homossexual que, no dito popular, “não parece ser homossexual”, tende a sofrer menos homofobia (MUNIZ, 2017), assim como uma pessoa trans que não parece ter nascido com o sexo biológico oposto de sua identidade de gênero raramente sofrerá de transfobia se não houver pessoas por perto que a conheçam e estigmatizem pessoas que divergem dos padrões impostos.

De acordo com o que foi analisado até este ponto é possível notar que a sociedade exige a categorização das relações humanas em dualismos, onde haja um mais poderoso que o outro, como nos exemplos já citados anteriormente: o homem e a mulher, o velho e o novo, o rico e o pobre, o belo e o feio, entre outros (DAMATTA, 2010).

É totalmente perceptível que as relações aqui destacadas são formadas por dois homens ou por duas mulheres, logo surge o questionamento sobre a necessidade de dar um papel masculino e outro feminino em um contexto indiscutivelmente homogêneo. Isso acontece devida a necessidade de permanência do pensamento heterogêneo, que perpetua o padrão heteronormativo mesmo que não seja uma relação heterossexual.

Segundo Haffeman (2013), através dessa exigência da sociedade, percebe-se que a forma como os homens homossexuais se expressam é intrinsecamente influenciado pelos padrões heteronormativos. É a partir dessa heteronormatização que o passivo-penetrado é encarado como a fêmea e o ativo-penetrador como o macho da relação, um dualismo inserido dentro do padrão machista de relacionamento. Sendo assim, o ativo é visto como superior ao passivo, da mesma forma que o comportamento ativo do homem é superior ao comportamento passivo e submisso da mulher (MUNIZ, 2017). Para a sociedade, sobretudo no contexto social, o ser masculino desta relação seria aquele que detém o poder e o controle, enquanto o feminino seria aquele em submissão, o que é tocado e manipulado fisicamente pelo outro indivíduo da relação.

É vista, assim, a origem do machismo nas relações LGBTQIA+. Dessa necessidade de categorizar promovida pela sociedade, se nota que apesar do anterior julgamento e estigmatização das relações LGBTQIA+ por saírem do padrão tido como socialmente correto, a sociedade observa e critica o novo e desconhecido, trazendo consigo a antiga e enraizada heteronormatividade que, em consequência, carrega o problema do machismo para dentro destas relações afetivas e sexuais. Um problema que a priori pertencente ao modelo heterossexual de relacionamento, também se encontra presente em diferentes relações que estão às margens da heteronormatividade, continuando a desvalorização daquilo que é visto como “feminino” e supervalorização do que é tido como postura “masculina”, perpetuando de todo o modo os princípios machistas e os valores de gênero.

A contextualização do machismo nas relações LGBTQIA+

Não se fala de masculinidade enquanto característica, traço de caráter ou aspecto de identidade, pois se trata de uma construção social, advinda de uma fantasia do imaginário coletivo, e dentro dessa construção de masculinidade, o traseiro é tido como uma parte especial do homem, que não pode ser tocada. Devido a isso, a homossexualidade passiva se constitui em um dos maiores inimigos do modelo de masculinidade. Segundo Damatta (2010), se a pessoa fosse realmente um homem, ela jamais deixaria que sua nádega fosse tocada. Silva (2007) expressa ainda que a não virgindade anal é vista como um tabu em diversos países e culturas quando associadas a masculinidade, mas especialmente em países de cultura tão machistas como no caso do Brasil, esse tabu acaba por ser acentuado. O heterossexual elege para o ânus unicamente a função de excreção, enquanto para o homossexual passivo, além da função fisiológica, há a possibilidade de torná-lo fonte de erotismo e gozo sexual, ou seja, fonte de prazer, subvertendo dessa maneira a ordem experimentada pelo padrão heterossexual (SILVA, 2007).

Ser homem seria muito mais do que o corpo biológico respondendo a essa questão, mas mostrar-se como tal, tendo posturas de “macho” em todos os momentos da vida (DAMATTA, 2010). Em consequência disso, os homossexuais passivos e afeminados que não se encaixam nessa construção, e que para muitos os fere, são vítimas de machismo. Não é difícil se deparar com comentários direcionados a esses indivíduos ordenando que ajam como homens, e até mesmo para que “virem homens”. O pênis é de certa maneira uma das maiores preocupações do homem, visto que seu tamanho e funcionamento é de real significância para os mesmos. Ele que traria esse poder que tornaria o homem um ser superior a mulher, designado pela natureza ao nascer garoto, a pessoa deveria cumprir seu papel como tal e ao se distanciar dessa realidade ao decidir “abandonar” o aparato masculino (o falo) para se deleitar do prazer anal tornando-se um homossexual passivo, sua atitude seria vista como uma postura de traição ao seu próprio gênero.

Ser macho não necessariamente significaria ter relações exclusivamente com mulheres, mas nas relações sexuais recorrer unicamente ao pênis como instrumento de prazer (SILVA, 2007). E é desta forma que o machismo se faz presente entre os próprios homossexuais, há aqueles que ainda se nomeiam como “machos”, pois para estes a homossexualidade não se caracteriza no se relacionar afetiva e sexualmente com indivíduos do mesmo sexo, mas ser penetrado, ser englobado por outro homem. As mulheres e os gays existiriam para serem englobados pelos homens – segundo o padrão

heteronormativo e machista do meio.

O machismo também se faz presente em toda a comunidade LGBTQIA+ no caso de relacionamentos lésbicos. A sociedade tende a acreditar que mulheres que se relacionam com outras mulheres ainda não encontraram um homem que as façam “ser mulheres de verdade”, e que o que mulheres lésbicas fazem não é sexo. Novamente estamos diante do falocentrismo e da construção social que vai além do biológico, já que para estas uma mulher só é considerada uma mulher de verdade ao se relacionar com homens e terem relações sexuais com a presença do falo. Mulheres lésbicas são vistas como versões inferiores de homens, vistas também como pessoas que tentam ser homens. Portanto o machismo se aplica na crença de que os homens são referências superiores. O binarismo imposto pela sociedade, citado por LOURO (2004), afeta da mesma maneira todos os indivíduos que não fazem parte do padrão heteronormativo, como bissexuais, travestis e transsexuais.

Partindo dessa discussão, o presente estudo objetiva contribuir para uma maior discussão e compreensão do tema que ainda é pouco discutido. Além disso, mesmo com o avanço nas lutas da comunidade LGBTQIA+ por mais direitos e lugar de fala, o assunto ainda é tratado como um tabu por grande parte da sociedade, e merece atenção da comunidade científica a fim de desmistificá-lo.

LGBTQIA+: Violência heteronormativa e saúde mental

O objetivo desta seção é discutir os impactos na saúde mental dos indivíduos que fogem as normas da cisão dicotômica da heteronormatividade, onde as pessoas que fogem as normas de uma postura heterossexual, denominada socialmente como a configuração de gênero considerada “normal”, vivem em constante pressão para se ajustarem e estão expostos aos mais variados tipos de violência.

Logo, seguindo este ideário é possível definir, de acordo com Albuquerque e colaboradores (2013), que o sistema heteronormativo pré-estabelecido socialmente pelo público heterossexual vem acrescido de ideias, crenças, valores e uma cultura que traz consigo a hierarquização do sexo, estabelecendo dicotomicamente o gêneros macho e

fêmea como únicos e verdadeiros. Sendo as pessoas da comunidade LGBTQIA+ consideradas como desviantes da norma heterossexual, aqueles que compõem esse grupo são colocadas como fonte de impasses e questões conflituosas frente a sua oposição ao modelo heteronormativo (ALBUQUERQUE et al., 2013).

Desta forma, qualquer tipo de oposição ao sistema heteronormativo, seja de cunho sexual ou de gênero, coloca o público da comunidade LGBTQIA+ cada vez mais exposto a vários tipos de violência. Uma possível explicação para este fato se faz vivo a partir das ideias de Albuquerque et al. (2016, p.57), onde aqueles que divergem do padrão heteronormativo, destacando as pessoas gays, se tornam alvos de violências e discriminações pelo fato de se oporem e corromperem a visão máscula do homem viril e forte.

A violência pode ser proferida nas mais variadas formas de efetivação, assim cabe classificar a violência. De acordo com Minayo (2007), ela pode ser dividida em quatro tipos: 1) física – que utiliza a força física para lesionar, ferir, causar dor, traumas, dentre outras incapacidades; 2) psicológica – que utiliza de xingamentos, insultos, rejeição, humilhação, punição, isolamento, dentre outras; 3) sexual – abusos de cunho pornográfico, erótico ou até mesmo do ato sexual, utilizando de qualquer meio para se concretizar; 4) abrangendo negligência – abandonar, privar, excluir e negar cuidados para alguém necessitado.

De acordo com a Secretária Especial de Direitos Humanos (2013), conforme citado por Braga (2018, p.54), o tipo de violência contra a população LGBTQIA+ mais referida em denúncias realizadas através do Disque 100 no ano de 2012 foi a violência de cunho psicológico, somando 83% dos casos relatados. Partindo dessas informações cabe destacar que a violência psicológica pode ser dirigida ao público LGBTQIA+ nas mais variadas formas de manifestação, seja através de xingamentos, chantagens, discriminação, rejeição, restrição da liberdade, privação de interação social ou isolamento de amigos ou membros familiares (BRASIL, 2002). Sob a visão minuciosa da teoria queer, as várias faces da violência dirigida a comunidade LGBTQIA+ são um meio para a subsistência da heteronormatividade, que lhe permite punir e excluir aqueles que divergem e causam infâmia a norma heterossexual (BRAGA et al., 2018, p.64). Essas variadas formas de apresentação das faces da violência contra o público LGBTQIA+ vem carregadas de estigmas e impactos que afetam a saúde mental e aumentam significativamente os quadros de depressão e de outras patologias mentais

que trazem consigo o acometimento da qualidade de vida dessas pessoas (RYAN et al., 2009).

A ideação e tentativa de suicídio também podem ser destacada como consequências da violência gerada pela heteronormatividade. Segundo Braga et al. (2018, p. 62), o aumento da falta de controle e da impulsividade é um fator que favorece as ideações e as tentativas de autoextermínio. No que concerne a literatura revisada, é possível observar uma comparação na qualidade de vida e na saúde mental de pessoas heterossexuais em relação a pessoas que divergem de seu modelo de padronização social do gênero onde os que são tidos como heterossexuais não apresentam maior probabilidade de desenvolver problemas psicológicos ou tentar interromper a própria vida do que as pessoas heteronormatizadas.

Além dos problemas psicológicos existem outros desdobramentos como: problemas relacionados a visão de si mesmo, medo, insegurança, ansiedade, vergonha, distúrbios alimentares, alcoolismo, uso/abuso de substâncias psicoativas, dentre outros (CARDOSO e FERRO, 2012). Tendo como base todas as informações reunidas, se nota que a violência heteronormativa gera consequências que corroem e minimizam a qualidade de vida e a saúde mental dos divergentes da heteronormatividade, o que coloca a violência incidida sobre as pessoas da comunidade LGBTQIA+ como uma questão de saúde pública mundial.

3. Considerações finais

A partir da pesquisa realizada em diversas plataformas, buscando as mais variadas informações, fica claro que é possível encontrar um grande volume de materiais a respeito do machismo aptos a serem utilizados. Porém, quando relacionado a homossexualidade há uma redução significativa de informações disponíveis. Contudo, foi possível analisar uma quantidade satisfatória de materiais, permitindo que os objetivos deste trabalho fossem concluídos e explicados com a clareza que o assunto necessita.

É importante citar que quando comparadas, a homossexualidade masculina apresenta materiais mais aprofundados em relação a homossexualidade feminina, trazendo à tona um questionamento importante que remete de volta ao machismo em si e por quais motivos o feminino não é tão abordado

nesse aspecto, já que ambas as situações são semelhantes. Welzer-Lang (2001, p. 461) afirma que, a partir de um fortalecimento pelo machismo e pela heteronormatividade, a dominação masculina se tornou uma evidência desses aspectos. No que se refere a uma crença social de que os homens são superiores às mulheres, o autor afirma que “os homens dominam coletiva e individualmente as mulheres”. Logo, deve-se destacar a necessidade de tratar a feminilidade e assuntos relacionados com a mesma consideração e atenção.

Além disso, é importante ressaltar que outras vertentes possam ser exploradas dentro do assunto machismo e homossexualidade, tanto no que se refere ao que foi proposto e aos pontos apresentados, como de forma a investigar outras populações dentro da própria comunidade LGBTQIA+ de forma mais ampla e descritiva, dando exclusividade e visibilidade também àqueles que não foram explorados com profundidade neste trabalho. Afinal, a comunidade LGBTQIA+ tem se mostrado cada vez mais na sociedade, conquistando aos poucos seu espaço no meio social e coletivo, apesar das dificuldades encontradas.

Considerando a escassez de materiais que abordam o assunto aqui estudado com a devida importância e interesse, é esperado que o presente trabalho possa contribuir para os estudos da fuga do padrão heteronormativo ligada ao machismo, levando maior esclarecimento sobre o assunto tanto para o âmbito acadêmico e profissional quando para a sociedade como um todo. É importante gerar visibilidade e explorar temas relevantes como este, dando evidência àqueles que muitas vezes são marginalizados e questionados pela sociedade de forma negativa e prejudicial.

Referências

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar et al . Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde debate**, Rio de Janeiro , v. 37, n. 98, p. 516-524, Sept. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000300015&lng=en&nrm=iso>. access on 01 June 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042013000300015>.

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar et al . Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. **Saúde debate**, Rio de Janeiro , v. 40, n. 109, p. 100-111, June 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000200100&

lng=en&nrm=iso>. access on 01 June 2020.
<http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201610908>.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BRAZIL. Secretaria de políticas de saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Editora MS, 2002.

CARDOSO, A. **Imposição de gênero e sexualidade: a violência de uma cultura heteronormativa**. 2018. 63 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola Superior de Altos Estudos, Coimbra.

CARDOSO, Michelle Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 17 June 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000300003>.

DALGALARRONDO, P. Síndromes relacionadas à sexualidade. In: **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2 ed. Universidade Estadual de Campinas: Artmed. Cap. 34. p. 352-361.

DAMATTA, R. Tem pente aí?: Reflexões sobre a identidade masculina. **Revista Enfoques**. Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.134-151, agosto- 2010. Disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 10 out. 2019.

DRUMONT, M. P. Elementos para a análise do machismo. **Perspectivas**. São Paulo, v. 3, p. 81-85, 1980. Disponível em : <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1696/1377> Acesso em: 10 out. 2019.

FALLEIROS BRAGA, I.; DOS SANTOS, M. A.; SILVA FARIAS, M.; CARVALHO FERRIANI, M. D. G.; IOSSI SILVA, M. A. As múltiplas faces e máscaras da heteronormatividade:: violências contra adolescentes e jovens homossexuais brasileiros. **Salud & Sociedad**, v. 9, n. 1, p. 052-067, 29 abr. 2018.

GOFFMAN, E. Estigma e identidade social. In: _____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Mathias Lambert. LTC, 1981. Cap. 1. p. 5-37.

HAFFEMAN, A. R. As relações sexuais e a identidade de jovens homossexuais de Maringá. In: **XI Seminário de Ciências Sociais. Ciências Sociais em foco: faces do**

Brasil no mundo contemporâneo, Universidade Estadual de Maringá. **Anais**. Maringá, 2013, p. 92-100.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

MEYER, D. E. E. PETRY, A. R. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos e contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193-198, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527168015>> acesso em: 07 de junho de 2020.

MINAYO, M.C.S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: _____. **Impactos da Violência na Saúde**. 3 ed. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2013. Cap. 1. p. 21-42.

MUNIZ, G. M. **Reflexões acerca da heteronormatividade**. 2017. 43 p. Monografia (Bacharelado em Filosofia) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/20546>> acesso em: 16 de maio de 2020.

RYAN, Caitlin et al. Family rejection as a predictor of negative health outcomes in white and Latino lesbian, gay, and bisexual young adults. **Pediatrics**, v. 123, n. 1, p. 346-352, 2009.

SILVA, L. V. BARBOSA, B. R. S. N. Sobrevivência no armário: dores do silêncio LGBT em uma sociedade religiosa heteronormativa. **Estudos de religião**. v. 30, n. 3, p. 129-154, 2016.

SILVA, V. G. A visibilidade do suposto passivo: uma atitude revolucionário do homossexual masculino. **Revista Mal-estar e Saúde**. Fortaleza, v. 7, n. 1, p.71-88, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000100006>. Acesso em: 20 de maio 2020